

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Sants Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), inscrita no CNPJ 52.440.987/0001-69, vem, em atendimento às exigências previstas nas normas do Banco Central do Brasil (“BACEN”), entregar sua Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme relação dos documentos descritos a seguir:

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

A divulgação das demonstrações financeiras individuais da Sants SCD, foi aprovada pela Administração em 06 de abril de 2026, publicadas em 09 de abril de 2026, no site da Companhia, <https://www.santsscd.com>.

Por fim, cumpre salientar que a alta administração da Sants Sociedade de Crédito Direto S.A. é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

PEDRO HENRIQUE MOTA MARCHIORI
Diretor Presidente

GABRIEL DE JESUS DOS SANTOS FRANZO
Contador CRC PR-080245/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Sants Sociedade de Crédito Direto S.A.
São José dos Campos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sants Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sants Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – desenvolvimento das práticas de compliance

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 16 às demonstrações financeiras descrevendo que, durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia vem promovendo o desenvolvimento e a implementação de aprimoramentos em sua estrutura de governança corporativa. Tais iniciativas incluem, entre outros aspectos, a implementação da função de auditoria interna, o fortalecimento dos mecanismos de compliance e a formalização de processos de cadastro e respectivos controles. A efetividade das práticas internas adotadas pela Companhia, no que se refere ao relacionamento e à qualificação de seus clientes, bem como, de forma indireta, à condução de suas operações — abrangendo, inclusive, políticas e procedimentos relacionados à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD-FT), às diretrizes de “Conheça seu Cliente” (KYC) e à gestão de riscos — tem por objetivo assegurar a conformidade com as resoluções e comunicados emitidos pelo Banco Central do Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2026.

LMV AUDITORES E CONSULTORES S.S

CRC RJ - 008517/O-0



Lucio Bottino

Contador CRC-RJ110737/0-7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Em 05 de outubro do ano de 2023, a instituição recebeu autorização do Banco Central do Brasil, para operar como uma Sociedade de Crédito Direto (SCD).

A SANTS Sociedade de Crédito Direto S.A. - CNPJ 52.440.987/0001-69, está situada na cidade de São José dos Campos na Rua Coronel Manoel Martins Junior, 839, Bairro Jardim Esplanada II CEP 12.242.810.

Em 14/06/2024 entrou em produção, após a conclusão dos testes homologatórios exigidos pelo BACEN. O plano de operações da Instituição envolve: oferecer serviços de abertura de contas de Pagamentos PF e PJ, transferências eletrônicas através de TED.

Em 14/06/2024 após a conclusão dos testes homologatórios a SANTS Sociedade de Crédito Direto S.A., entrou em produção oferecendo contas de Pagamentos PF e PJ através da sua plataforma digital para os seus clientes.

A Instituição iniciou a implementação de mais serviços para os seus clientes, a emissão do boleto de cobrança e intermediação de PIX.

A intermediação de PIX entrou em produção no primeiro semestre do referido ano de 2025.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de saldos de clientes mantidos em contas de pré-pagamento na Instituição é de R\$ 35.810.621,35 (trinta e cinco milhões, oitocentos e dez mil, seiscentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos).

A Administração da Instituição informa que no período findo em 31 de dezembro de 2025, a LMV Auditores Consultores, ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Instituição e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa de revisão das demonstrações financeiras.

A Administração



SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	Passivo	Nota	31/12/2025
Circulante:		52.710	Circulante:		46.866
Disponibilidades	4	47.025	Instrumentos financeiros		
			Conta Pré-paga	7	35.810
Ativos Financeiros					35.810
Títulos e valores mobiliários	5	5.588	Outras obrigações		
		5.588	Impostos e contribuições a recolher	8	9.674
Outros créditos	6		Credores diversos	9	406
Impostos e contribuições a compensar		47	Provisão para pagamentos a efetuar		976
Devedores diversos - país		50			11.056
		97	Patrimônio Líquido	10	
			Capital social		2.000
			Reserva Legal		375
			Reserva de lucros		3.469
					5.844
Total do ativo		52.710	Total do passivo e patrimônio líquido		52.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações dos Resultados

Semestre e Exercício Findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido)

		01/07/2025	01/01/2025
		a	a
	Nota	31/12/2025	31/12/2025
Receita de intermediação financeira		3.102	3.676
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.102	3.676
Resultado bruto da intermediação financeira		3.102	3.676
Outras receitas/ despesas operacionais		3.505	11.779
Receita de prestação de serviço	11	23.220	46.912
Despesas administrativas	12	(18.111)	(31.760)
Outras despesas operacionais		(292)	(722)
Despesas tributárias	13	(1.312)	(2.651)
Resultado operacional		6.607	15.455
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		6.607	15.455
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	(3.569)	(6.291)
Imposto de Renda		(2.621)	(4.619)
Contribuição Social		(948)	(1.672)
Lucro do semestre/exercício		3.038	9.164
Número de Ações		2.000	2.000
Lucro Líquido por Ação (R\$)		1,52	4,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

Demonstração de Resultado Abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	01/07/2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025
Lucro do semestre/exercício	<u>3.038</u>	<u>9.164</u>
Resultado abrangente do semestre	<u>3.038</u>	<u>9.164</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10	2.000	-	-	(1.669)	331
Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23		-	-	-	-	-
Saldos em 01 de janeiro de 2025		2.000	-	-	(1.669)	331
Lucro líquido do período					9.164	9.164
Destinação						-
Reserva de Legal			375		(375)	-
Reserva de Lucros				7.120	(7.120)	-
Dividendos Pagos				(3.651)		(3.651)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10	2.000	375	3.469	-	5.844
Saldos em 30 de junho de 2025	10	2.000	223	583	-	2.806
Lucro líquido do semestre		-			3.038	3.038
Destinação						-
Reserva de Legal			152	-	(152)	-
Reserva de Lucros		-	-	2.886	(2.886)	-
Dividendos Pagos		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10	2.000	375	3.469	-	5.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa
Semestre e Exercício Findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	01/07/2025	01/01/2025
	a	a
Nota	31/12/2025	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro do semestre/exercício	3.038	9.164
	3.038	9.164
Variação de Ativos e Obrigações:		
Redução de outros créditos	3.393	(11)
Aumento de outros obrigações	5.173	10.269
Redução em conta pré-paga	(51.257)	35.810
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais	(39.653)	55.232
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(389)	(4.562)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(389)	(4.562)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Dividendos Pagos	-	(3.651)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(3.651)
Diminuição (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(40.042)	47.019
Demonstração do aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4 87.067	6
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4 47.025	47.025
Diminuição (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(40.042)	47.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A SANTS Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição” ou “SANTS SCD”), anteriormente denominada como Nitro Sociedade de Crédito Direto S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede e foro na cidade de São José dos Campos, São Paulo, situada na Rua Coronel Manoel Martins Junior, nº 839– CEP 12242-810.

A Instituição tem como atividade principal o processamento de transações via PIX, bem como o registro e controle dos saldos mantidos nessas contas, observando a regulamentação aplicável às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Também efetua operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, cessão de créditos a fundos de investimento, securitizadora e afins, prestação de serviços de análise e cobrança de crédito para terceiros e a atuação como representante na distribuição de seguros relacionados às operações realizadas.

A SANTS SCD obteve, em 06/09/2023, autorização para atuar como instituição financeira, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Instituição passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições financeiras que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

No início de 2024, a SANTS SCD., concluiu o processo de contratação dos softwares para atender o seu Core Business, implementado e homologado junto ao Bacen, RTM e Selic.

Em 14/06/2024, após a conclusão dos testes homologatórios, a SANTS SCD., entrou em produção oferecendo contas de Pagamentos – PF e PJ através da sua plataforma digital para os seus clientes.

Conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 29/10/2024, foi realizada a mudança da denominação social para Sants Sociedade de Crédito Direto S.A.

Desde o 1º semestre de 2025, a Instituição iniciou a implementação de mais serviços para os seus clientes, sendo estes: (i) a emissão do boleto de cobrança e (ii) intermediação de PIX, gerando pela primeira vez, resultado positivo em suas demonstrações financeiras.

2. Apresentações das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

.2.

SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

De acordo com Resolução BCB nº 2/20 e Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis, seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de Demonstrações Contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações de patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.

Em 25/11/2021, o Conselho Monetário Nacional (“CMN”) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispondo sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e CPC 48. Posteriormente, em 23/11/2023, o BACEN emitiu a Resolução BCB nº 352, que dispõe dos mesmos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21, porém com aplicação expandida para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN. Além disso, trouxe maior detalhamento sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Não houve, na adoção inicial da referida Resolução, impactos contábeis nas demonstrações financeiras da Instituição, uma vez que a mesma encontrava-se em fase pre-operacional e, portanto, sem impactos diretos na metodologia da constituição de provisão de perdas, evidenciação de instrumentos financeiros e afins.

Conforme o artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, durante o período de 2025 não são apresentadas informações para fins comparativos nas demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Ademais, administração da Instituição revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 09/04/2026.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo está a moeda funcional da Instituição e a moeda de apresentação.

SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras****3. Descrição das principais práticas contábeis**

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

3.1 Disponibilidades

Referem-se a caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20, e incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

3.2 Instrumentos Financeiros (ativos financeiros)

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado (“CA”): quando o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”): quando o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- Valor justo por meio do resultado (“VJR”): utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A categoria depende do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros foram classificados como Custo Amortizado. Os rendimentos das LFTs (Letras Financeiras do Tesouro) são reconhecidos como receita financeira pro rata dia, com base na variação da taxa Selic dos papéis, aumentando o valor contábil dos títulos até o efetivo vencimento.

3.3 Imposto de Renda, Contribuição Social, Pis e Cofins*i) Imposto de renda e contribuição social*

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados sob o regime do Lucro Presumido, considerando como fator de presunção a alíquota de 32% sobre as Receitas Brutas. O imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicáveis, serão reconhecidos pela relação das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e seus valores correspondentes usados para fins de tributação. Os impostos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras

.4.

SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

ii) *Pis e cofins*

As despesas com Pis e Cofins são calculados e apuradas pelo regime cumulativo, aplicando-se alíquota de 0,65% de Pis e 3% de Cofins.

3.4 Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente do recebimento ou pagamento.

3.5 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

3.6 Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional.

A Companhia é parte em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2025, encontravam-se em andamento 403 ações, cujo valor total atualizado corresponde a R\$25.014.350,55. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, todos os processos foram classificados como de perda possível, não atendendo aos critérios de reconhecimento de provisão contábil previstos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Dessa forma, nenhuma provisão foi registrada nas presentes demonstrações financeiras.

A Administração monitora continuamente a evolução dessas demandas e, à luz das informações disponíveis, entende que não há indícios de perdas prováveis que possam afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira da Companhia.

3.7 Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve resultado classificado como não recorrente.

..5.

SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

4. Disponibilidades

	<u>31/12/2025</u>
Reserva bancária - Bacen	<u>47.025</u>
	<u><u>47.025</u></u>

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade possui R\$5.588 aplicados em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), custo ativo financeiro é classificado ao custo amortizado. O resultado do período proveniente desta aplicação é de R\$389.

Em relação à remuneração do saldo da conta PIX, o resultado financeiro no período foi de R\$2.713.

6. Outros créditos

	<u>31/12/2025</u>
Impostos e contribuições/compensar (i)	<u>47</u>
Devedores diversos no país (ii)	<u>50</u>
	<u><u>97</u></u>

(i) Refere-se a créditos a recuperar de PIS e COFINS.

(ii) Depósitos judiciais

7. Conta Pré-Paga

	<u>31/12/2025</u>
Conta de pagamento pré-paga (i)	<u>35.810</u>
	<u><u>35.810</u></u>

(i) A conta de pagamento pré-paga refere-se a saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, que constituem capital de terceiros, que não se confunde com o capital da instituição de pagamento, conforme art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

.6.

SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

8. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2025</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro	6.291
Impostos e contribuições faturamento	2.492
Impostos sobre salários e retidos	45
Provisão de juros e multa	846
	<u><u>9.674</u></u>

9. Credores Diversos

	<u>31/12/2025</u>
Credores diversos no país (i)	406
	<u><u>406</u></u>

(i) Refere-se a valores Pró-labore a pagar (R\$298) e sócios (R\$ 108).

10. Patrimônio Líquido

Capital Social: O capital social é de R\$2.000, representado por 2.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, totalmente integralizadas por acionistas no País.

Destinação do Lucro: O estatuto social determina que, do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados:

(a) 5% à constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social

(b) O saldo deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito

Em dezembro de 2025, o saldo na rubrica “Reserva de Lucros” totaliza R\$ 3.844, sendo constituída por R\$375 de Reserva Legal e R\$3.469 de Reserva especial de lucros. O valor das reservas superam o valor do capital social. A administração da Companhia deliberará oportunamente sobre a destinação do referido excedente, em conformidade com a legislação societária aplicável.

.7.

SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

11. Receita de prestação de serviço

	01/07/2025 a
	31/12/2025
Tarifa do PIX (i)	23.220
	23.220

- (i) Comissão pela intermediação financeira de PIX transacionado pelas contas dos clientes pré-pagas ao longo do semestre.

12. Despesas administrativas

	01/07/2025 a
	31/12/2025
Despesa de pessoal	120
Despesa de processamento de dados	13.037
Despesa com serviços especializados	3.979
Multa e juros de impostos	901
Outras despesas administrativas	73
	18.111

13. Despesas tributárias

	01/07/2025 a
	31/12/2025
COFINS	697
PIS	151
ISS	464
	1.312

.8.

SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31/12/2025</u>
Despesa com IRPJ e CSLL	
Resultado antes dos tributos	50.588
Base do Lalur	<u>50.588</u>
Despesa com IRPJ	4.619
Despesa com CSLL	1.672
	<u>6.291</u>

15. Gestão de Risco

A atividade da Instituição está exposta aos seguintes riscos: risco de mercado, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez, gerenciamento de capital e conformidade.

Risco de mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro oscile em resposta às mudanças nos preços de mercado. Esses preços de mercado incluem principalmente o risco de taxa de juros. Os instrumentos financeiros que estão sujeitos ao risco de mercado incluem aplicações financeiras.

Risco de taxa de juros

A Instituição está exposta a flutuações decorrentes das operações de aplicações financeiras devido às mudanças nas taxas de juros contratadas. A SANTS SCD investe seus fundos em instituições financeiras de alto padrão.

Risco de liquidez

Trata-se da possibilidade de a empresa enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou por meio de ativos financeiros. A estratégia da empresa na gestão de liquidez visa assegurar, tanto quanto possível, que sempre haja recursos suficientes para honrar suas obrigações quando vencidas, em condições normais, sem resultar em perdas inaceitáveis ou risco de danificar sua reputação.

Risco operacional

É a possibilidade de incorrer em prejuízos diretos ou indiretos devido a uma variedade de causas relacionadas aos processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da empresa, bem como fatores externos, excluindo riscos de crédito, mercado e liquidez. Isso pode incluir exigências legais e regulatórias, bem como padrões aceitos de comportamento empresarial. A SANTS SCD tem como objetivo gerenciar o risco operacional para evitar perdas financeiras e proteger sua reputação.

SANTS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

O cumprimento das normas da empresa é respaldado por um programa de análises regulares sob responsabilidade da Administração da Instituição.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Instituição caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

Gerenciamento de capital

A empresa tem um sistema para gerenciar seu capital, com o propósito de supervisionar e controlar os recursos financeiros que mantém. O objetivo é manter um patrimônio líquido mínimo em conformidade com as regulamentações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

16. Desenvolvimento das práticas de compliance

Encontra-se em andamento, a implementação e aprimoramento da estrutura de governança corporativa, controles internos e práticas de compliance da Companhia, com o objetivo de fortalecer a transparência, a integridade e a conformidade com as normas legais e regulatórias aplicáveis às suas operações.

Nesse contexto, a Companhia está estruturando e implementando, de forma gradual, um conjunto de políticas, procedimentos e controles, incluindo, mas não se limitando a:

- Instituição da função de auditoria interna, com elaboração de Plano Anual de Auditoria baseado em metodologia de análise de riscos;
- Desenvolvimento e formalização de procedimentos de cadastramento, qualificação e monitoramento de clientes;
- Implementação de políticas e controles relacionados à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT);
- Adoção de diretrizes de “Conheça seu Cliente” (KYC), bem como procedimentos aplicáveis a colaboradores, parceiros e fornecedores (“Know Your Employee”, “Know Your Partner” e “Know Your Supplier”);
- Elaboração e disseminação de Código de Ética e Conduta;
- Desenvolvimento de manuais internos de compliance, políticas corporativas e demais normativos internos.

A Administração entende que tais iniciativas contribuirão para o fortalecimento do ambiente de controles internos e para a mitigação de riscos operacionais, legais e reputacionais, estando alinhadas às melhores práticas de mercado e aos requerimentos regulatórios aplicáveis.

A Companhia seguirá monitorando a evolução dessas práticas e promovendo os ajustes necessários à sua plena implementação ao longo do exercício de 2026.

17. Limite operacional

As instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil devem manter continuamente o Patrimônio de Referência (PR) em um nível adequado aos riscos associados às suas operações.

A SANTS SCD opera no segmento S5 e escolheu o regime prudencial simplificado. Ela adota a metodologia opcional simplificada para calcular o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.606/17.

18. Eventos subsequentes

A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto operações e nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2025.

PEDRO HENRIQUE MOTA MARCHIORI
Diretor Presidente

GABRIEL DE JESUS DOS SANTOS FRANZO
Contador CRC PR-080245/O